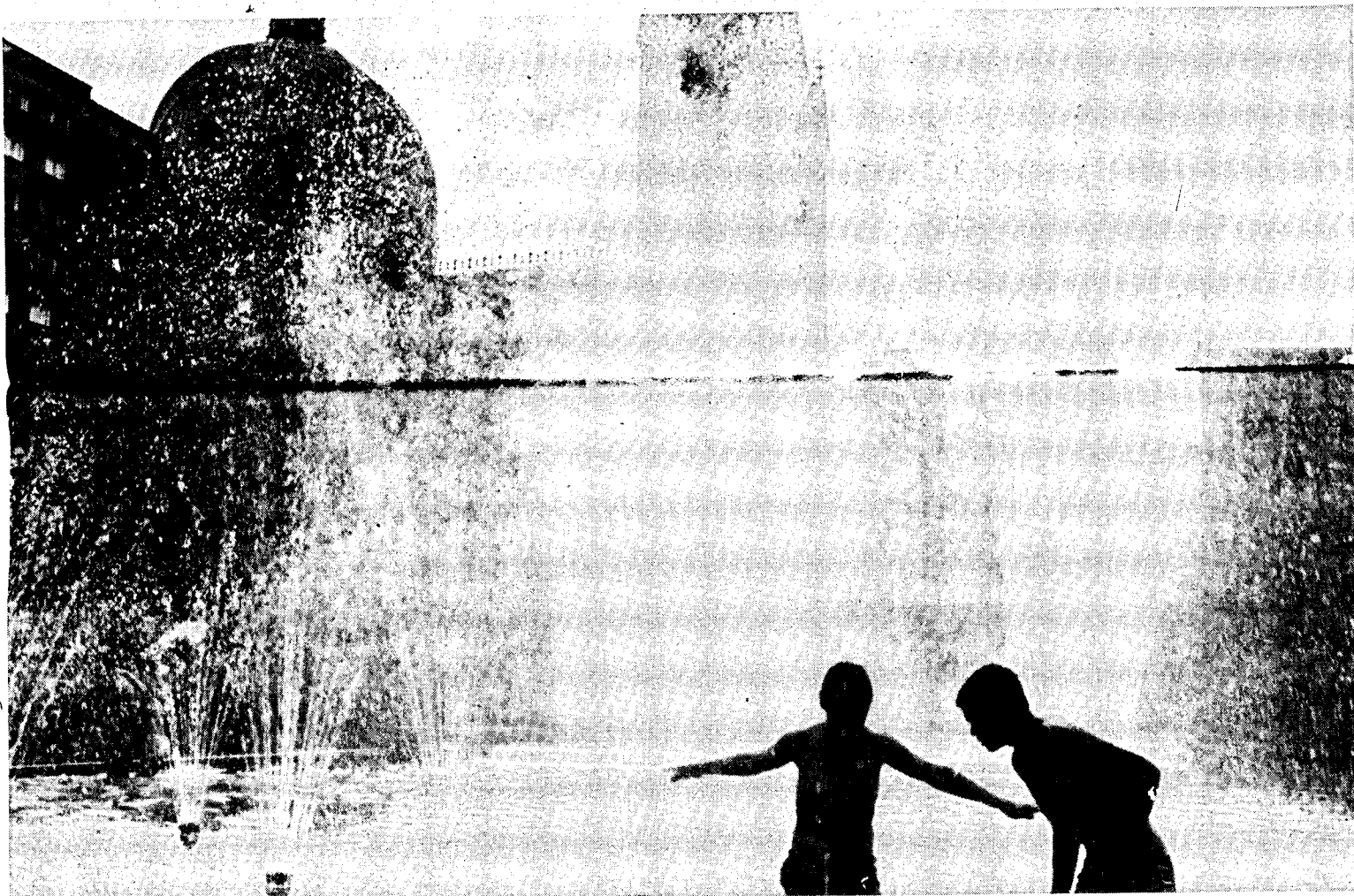


O Grito

Órgão Informativo do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua do Brasil

Três mortes por dia. Isso tem que acabar



Nas ruas das cidades, cada vez mais as crianças brasileiras convivem com a fome, a violência e a ameaça de morte

Crece a violência contra crianças e adolescentes no Brasil. Hoje, números alarmantes dão conta que são assassinadas, por dia, três meninas e meninos de rua, em todo o país. Esse quadro, que se agrava ano a ano, vem sendo divulgado pelo Movimento, o Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas) e o Núcleo de Estudos sobre a Violência da Universidade de São Paulo. Juntos, prepararam o livro "Vidas em Risco, Assassinato de Crianças e Adolescentes" que mostra estatísticas colhidas em várias capitais brasileiras.

O livro "Vidas em Risco" informa que em apenas três estados (São Paulo, Rio e Pernambuco), em 1989, foram assassinados 457

crianças e adolescentes. A situação, de lá para cá, agravou-se a tal ponto que somente nos primeiros três meses de 1991, o número de crimes cometidos contra os meninos e meninas de rua chegou a 300 em 11 estados.

Em Brasília, no dia 3 de abril último, o lançamento de "Vidas em Risco" sensibilizou a imprensa. A realidade da violência levou o livro às primeiras páginas dos jornais e aos principais programas jornalísticos de televisão. Tornar público esse quadro dramático é exatamente um dos principais objetivos do Movimento nesse momento.

A luta em defesa da vida e dos direitos da

criança e do adolescente tem sido prioridade para o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua. Ainda em Brasília, o Movimento participa da Comissão de Combate à Violência, que tem a participação do Unicef, da CNBB, OAB, Movimento de Defesa dos Direitos Humanos e Ministério da Justiça, entre outros membros.

O livro "Vidas em Risco" foi lançado também em Pernambuco, Porto Alegre, São Paulo, Vitória, Aracajú e Rio de Janeiro. Os próximos lançamentos são: Campo Grande, Piauí, Alagoas e Amapá, entre final de maio e junho.

Conheça as linhas de ação do movimento
Pág. 3

Estatuto: uma vitória e muitos desafios pela frente
Pág. 4

Betinho fala das relações com o governo. Leia também caso Volmer e editorial
Pág. 2

Editorial

Muito trabalho pela frente

Estamos de volta. "O Grito" vem prestar contas, informar, sugerir, alertar, relatar. São tantas as lutas. E muitos os resultados. Lentos, é verdade, mas estimulantes. Estamos dispostos, corajosos, e, apesar de todos os reveses, cheios de esperança.

Juntos conseguimos defender e garantir os direitos dos nossos meninos e meninas de rua. O Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Criança e do Adolescente. Abriu espaços e criou compromissos, provocando demanda de ações imediatas que exigem grande dinamismo de todos os militantes. Com o Estatuto ampliamos nossa capacidade de intervenção e de responder à crescente necessidade dos meninos, que a cada dia vêm sua situação agravada.

O Movimento tem muito a fazer. A nível interno, precisamos fortalecer nossas bases de educadores e ampliar nossa capacidade de luta. No combate à violência, e principalmente na luta contra o extermínio, vivemos momentos angustiantes.

É paradoxal. Enquanto cresce a consciência da opinião pública, há união de esforços e implementação de ações com vistas à punição de culpados pelo assassinato de crianças, ocorrem fatos que têm como objetivos desmoralizar os movimentos populares e levar ao desânimo os que estão determinados a exigir o direito à vida com dignidade.

Há perplexidade, mas jamais desânimo. Crescemos. Hoje, o Movimento é referência nacional e internacional e exatamente por isso estamos mais expostos às retaliações dos interessados em manter o estado de violência.

São muitos os desafios. E com tanto trabalho pela frente é impossível esmorecer. Coragem. União. Força. Esse é o nosso "grito".

Mário Volpi
Coordenador Nacional

Na mira dos justiceiros

O desaparecimento de Volmer do Nascimento no último dia 25 de abril, no Rio de Janeiro, teve imediata repercussão dentro e fora do Brasil. Conhecido por sua intransigente defesa das crianças e pelas denúncias de mandantes de assassinatos na Baixada Fluminense, ele estava na mira dos justiceiros e por isso contava com a proteção da Polícia Federal.

As TVs e os jornais de circulação nacional deram com grande destaque a notícia do seqüestro, comprovando a importância cada vez maior que a sociedade brasileira e as entidades internacionais estão dando à defesa dos direitos das crianças. A cobertura jornalística foi extremamente positiva e simpática ao Movimento. Todos cobraram do governo o fato de Volmer estar sem a proteção da Polícia Federal, encarregada de sua segurança desde novembro de 90, ao desaparecer no centro do Rio.

Quando Volmer reapareceu na madrugada de sábado, 27 de abril, são e salvo, para alívio de todos, os jornais começaram a questionar a veracidade de sua história. Desde então, Volmer tem repetido inúmeras vezes seu relato. Segundo ele, sua história parece mesmo esquisita e seu seqüestro armado com o propósito de desmoralizá-lo e ao Movimento. Em resumo seu relato é o seguinte:

— 11h30 de uma quinta-feira, 25 de abril. Volmer sai sozinho da sede do Movimento, no centro do Rio, munido apenas de seu cartão eletrônico, para pegar dinheiro para pagamento de funcionários. É abordado na saída do banco por uma mulher loira, e muito maquiada. Ela o adverte sobre os maus tratos que um menino conhecido de Volmer, chamado Bafo, estaria sofrendo numa delegacia. Volmer se dispõe a ir sozinho até a delegacia. No caminho, na Central do Brasil, é abordado por um homem armado que o obriga a entrar num Santana Quantum. Deitado no chão do carro e de olhos vendados, depois de rodar por uns 20 minutos, é trancado num quarto.

— Na madrugada de sábado, quatro seqüestradores levam Volmer numa Kombi até o centro do Rio. Param num viaduto embaixo da avenida Paulô de Frontin, descem da perua e deixam a porta aberta, facilitando a fuga de Volmer, que correu até o Hospital Souza Aguiar, onde pediu ajuda.

Uma conhecida de Volmer depôs na polícia confirmando que o viu na Central do Brasil. As investigações estão a cargo da polícia do Rio, dirigida por Nilo Batista, pessoa de destaque na luta pelos direitos humanos. O Movimento apóia Volmer e aguarda a apuração rigorosa dos fatos.

Relação difícil

As relações entre os movimentos da sociedade civil e o Estado são complicadas e difíceis em qualquer parte do mundo. Sociedade e Estado constituem dois pólos de uma relação contraditória e complexa. Essas relações são particularmente difíceis em sociedades como a nossa, marcada pelo autoritarismo onde parece existir mais Estado que sociedade, onde o poder está tão concentrado quanto a propriedade e a riqueza, onde uma minoria exerce seu poder e garante seus interesses, enquanto uma maioria se sente sem poder e não consegue garantir os seus direitos mais elementares.

Na luta pela garantia dos direitos humanos, que em nosso país são sistematicamente negados com a participação ou omissão do Estado, essas tensões se manifestam a cada passo, tornando essa conveniência difícil e às vezes até impossível.

No governo Collor, de um modo particular, parece existir uma lógica perversa e oportunista onde os movimentos sociais ou são excluídos e hostilizados ou são atraídos e manipulados. Na lógica autoritária do governo não parece haver lugar para o diálogo fundado no respeito e na autonomia, atitudes fundamentais para se estabelecer uma relação democrática, fecunda e construtiva. Enquanto essa for a lógica, lógica também será a consequência: impossível construir o diálogo com quem só pratica o monólogo.

Herbert de Souza
secretário executivo do Ibase

O Grito

Órgão Informativo do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua do Brasil

Expediente

Órgão de Divulgação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

Comissão Nacional Executiva

Mário Volpi

Maria Lúcia da Silva

Sandra Schlichting

Telma Rosy Freitas Pereira

Maria Auri Bezerra Andrade

Conselho Nacional

Eliena Francisca de Barros (DF)

Agnaldo Dias de Medeiros (Es)

Eulange de Souza (GO)

Maria José Bacelar de Almeida (MA)

Dineva Vanuzzi (MT)

José Luís dos Reis (MS)

Maria Eneide Teixeira Sampaio (MG)

Inês Pinho de Carvalho (PA)

Geovanio Edervaldo Rossato (PR)

Rita Gadelha de Sá (PB)

Helena da Silva Janssen (PE)

Maria do Socorro Rezende Leite (PI)

Tomázia Isabel F. de Araújo (RN)

Suzana Elisa F. Machado (RS)

Rodrigo de Souza Filho (RJ)

Pedro Paulo Mira (SC)

João de Deus do Nascimento (SP)

Raimunda Maria Dantas de Jesus (SE)

Editor responsável: Âmbar de Barros

CMTb 14322

Diagramação: Mônica Ribeiro Dias

Tiragem

5 mil exemplares

Impressão

Jornal de Brasília

Prioridades na gestão 90/92

PROJETO I CONQUISTA E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O objetivo básico deste projeto é buscar mecanismos que coíbam as violações aos direitos da criança e do adolescente. Atuamos contra a marginalização, denunciando-a e interferindo nas políticas sociais básicas, uma vez que da marginalização decorrem outras violências como o trabalho precoce, maus-tratos, mortes, prisões ilegais, assassinatos e extermínios. Com a mesma finalidade temos também interferido com sucesso na legislação do país, para garantir e proteger os direitos de crianças e adolescentes.

PROJETO II ORGANIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE MENINOS E MENINAS

Buñcamos possibilitar às crianças e adolescentes

marginalizados o debate de sua situação, a consciência de seus direitos e capacidades e a livre decisão de suas formas de organização, através da criação de espaços para discussões, em seus locais de moradia ou de trabalho. Através desse projeto os meninos (as) de rua têm se organizado, defendido seus direitos e traçado diretrizes do Movimento.

PROJETO III FORMAÇÃO DE EDUCADORES

Através do Centro de Formação e Apoio a Educadores de Rua, o movimento sistematiza a reflexão, o debate, o intercâmbio de experiências necessárias à formulação de propostas pedagógicas que atendam às especificidades dos diversos setores de crianças e adolescentes marginalizados. O Centro de Formação propõe ainda novas

formas de atendimento e assessora programas em todo Brasil.

PROJETO IV FORTALECIMENTO E INTERIORIZAÇÃO DO MOVIMENTO

Para mudar a situação de marginalização da maioria de nossas crianças e adolescentes, o Movimento busca novos colaboradores, por entender que essa mudança só será possível quando parcelas significativas da sociedade se engajarem no processo de transformação social. Através de encontros, seminários e assembléias gerais o Movimento define e redefine seus rumos e estratégias para alcançar seus objetivos.

As áreas de fronteiras, de garimpo, região canaveira, e onde há exploração da mão-de-obra infanto-juvenil, deverão ser objeto das ações do Movimento através deste projeto.

Nosso compromisso é a criança

Desde sua criação, em 1985, até agora, muita coisa mudou no Movimento — mas mantemos intacto nosso compromisso de luta em defesa dos direitos das crianças. Hoje estamos estruturados em comissões locais, estaduais e nacionais. Nos organizamos em 23 Estados e estamos em processo de articulação em Rondônia, Roraima, Tocantins e Acre. Participam destas comissões cerca de 3 mil agentes sociais e educadores ligados a cerca de 500 programas de atendimento a meninos(as) de rua. Atingimos diretamente 30 mil crianças. Indiretamente este número pode ser multiplicado por dez.

A comissão nacional do Movimento, eleita em agosto de 1990, com mandato de dois anos, é composta por cinco membros:

Mário Volpi, coordenador nacional

Catarinense de Luiz Alves, tem 27 anos, é formado em Filosofia, tem 8 anos de experiência no trabalho com crianças e desde 86 integra o Movimento. Solteiro — “por enquanto, pretendo me casar em dezembro”, ele iniciou seu contato com meninos(as) de rua em Viamão, no Rio Grande do Sul, trabalhando com meninos em situação de risco. De lá partiu para Curitiba, onde atuou no Centro de Libertação do Menor. Passou também pelo Proame, em São Leopoldo, e hoje está na Amencar (Amparo ao Menor Carente), onde exerce a função de orientador educacional.

Maria Lúcia da Silva, coordenadora adjunta

Pioneira, Lúcia ajudou a criar a comissão local do Movimento em Maceió, em 85. Natural de Igreja Nova, no interior de Alagoas, tem 37 anos e começou seu contato com as crianças há 6 anos, como assistente social na Febem de Maceió. Depois de participar de um seminário em Recife, Lúcia começou a questionar o trabalho da Febem, de onde está afastada há dois anos, cedida para o Movimento.

Trabalha também na Santa Casa de Misericórdia e atua nos movimentos sindicais das assistentes sociais e no hospital.

Sandra Schlichting, secretária/coordenadora do Centro de Formação de Educadores.

Descendente de alemães, nasceu em São Joaquim, Santa Catarina. Solteira, 32 anos, é educadora há 8 anos, ligada ao Movimento desde sua criação. Funcionária da Ação Social Arquidiocesana há 14 anos, Sandra orientou grupos de gestantes, de mães, idosos, adolescentes, mas encontrou no trabalho com crianças na periferia de Florianópolis o principal objetivo de sua atuação. Participou de outros movimentos populares, comunidades eclesiais de base e, no Movimento, ocupou vários cargos.

Telma Rosy Freitas Pereira, secretária financeira.

Desde que se formou em Economia tra-

balha com crianças. No Movimento desde 87 (a partir do Tribunal do Menor, em Terezina) foi assessora administrativa da prefeitura de sua cidade, Castanhal, no Pará. Tem 31 anos e há sete trabalha com grupos de crianças na Fundação do Bem Estar Social do Pará.

Maria Auri Bezerra Andrade, secretária de organização.

Auri se destaca no Movimento por sua capacidade de organização e articulação interna e a nível internacional. Integrou o Movimento desde o início. Foi a representante do Nordeste na primeira comissão nacional. Organizou o Primeiro Encontro Nacional de Meninos(as) de Rua, participou do trabalho do Movimento de Educação (MEB); da pastoral de Terezina, sua cidade natal, e organizou o primeiro Tribunal do Menor. Esta cearense de 49 anos, solteira, sem filhos se destaca na luta pelas crianças.



Telma, Lúcia, Mário e Sandra: uma equipe com muito trabalho pela frente

Panorama

CARA A CARA

O encontro de militantes do Movimento será em Brasília, de 18 a 21 de julho. Para fortalecer as comissões locais a militância precisa se organizar. Deve participar um educador de cada estado e um representante de cada comissão local. Veja quais são os critérios de participação:

- ter compromisso de fato com a luta em defesa dos direitos das crianças, garantindo retorno das discussões para as comissões locais.
- ter participação efetiva na comissão.
- conhecer as propostas do Movimento (teses).
- ser membro indicado pela comissão local.

ESTATUTO PARA TODOS

Vai ser mais fácil entender e exigir a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Unicef está preparando uma edição comentada do ECA, auxiliado por mais de trezentas pessoas que se envolveram no processo de elaboração do novo estatuto. Ao Movimento coube fazer comentários sobre os artigos 106 a 109 e 230 a 233. Agurde, leia e passe adiante.

NO CHILE

O Movimento foi convidado e vai participar do II Seminário Latino-Americano sobre os Direitos das Crianças e Adolescentes em uma Sociedade Democrática.

AIDS

A saúde das crianças que vivem nas ruas será o tema do II Encontro Internacional: Meninos e Meninas de Rua, Direitos e Ações de Saúde. Marcado para setembro de 92 (dias 3, 4 e 5), no Rio de Janeiro, o seminário analisará as situações de alto risco a que estão expostos os meninos. Temas relacionados com a sexualidade e a AIDS são prioridades. A coordenadora-adjunta do Movimento, Maria Lúcia da Silva, está participando da organização do evento.

ALERTA

A coordenação nacional lembra aos articuladores que fiquem atentos ao plano de implantação da articulação nos Estados, definam critérios para a contratação de articuladores, a quem devem solicitar plano de trabalho.

PRESENTÃO

O artista plástico goiano, Siron Franco, entrou na luta em defesa das crianças fazendo arte. Durante o lançamento do livro "Vidas em Risco", em Brasília, no dia 3 de abril, pintou um quadro a óleo (no valor de US\$ 12 mil) e doou ao Movimento.

ASSESSORIA

A coordenação nacional está se organizando em Brasília para montar duas assessorias: uma na área jurídica e outra na área de comunicação social. Enquanto isso, conta com o trabalho profissional da recém-criada ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância).

Conselhos começam a funcionar

De acordo com dados fornecidos pela Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA, antiga Funabem), foram criados até o final de março 277 Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e outros 460 estão em fase de implantação. Os estados do Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso e Amapá já criaram seus conselhos e outros 16 estados estão em fase de implantação.

Os números são animadores mas a luta pela implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) deve ser intensificada. O Movimento e o Fórum DCA têm como prioridade, no momento, acelerar a criação dos conselhos em todos os níveis, além de pressionar o Congresso Nacional para agilizar a aprovação da lei que cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). E eliminar as alterações feitas pelo ministro da Saúde, Alceu Guerra.

O grupo de redação do Fórum DCA apresentou emenda alterando a vinculação do Conanda ao Ministério da Saúde e a atribuição, ao ministro, do cargo de presidente do conselho com direito a voto de qualidade. A proposta é vincular o Conanda à presidência da República e escolher seu presidente entre os membros eleitos.

Os movimentos populares e todos os que se preocupam com a garantia dos direitos das crianças devem pressionar o Congresso e o próprio Ministério da Saúde com telegramas, telex e telefonemas. Já foi encaminhada ao Congresso emenda para corrigir a inconstitucionalidade da atribuição à justiça eleitoral do processo de escolha dos representantes nos conselhos tutelares. É preciso cobrar do Congresso o rápido andamento desta emenda, pois só depois de sua aprovação os municípios poderão regulamentar seus conselhos tutelares. O mesmo empenho deve ser cobrado do Governo Federal na elaboração do projeto de regulamentação da Constituição referente à criação dos fundos.

Garantir a participação da sociedade na aplicação do estatuto é fundamental nesta etapa, por isso o Fórum pede que lhe sejam enviados documentos e relatos sobre as experiências já existentes (leis, projetos de leis, processo de criação, regimento interno etc.) para serem repassados aos grupos que estão em fase de organização.

O Fórum está mapeando os conselhos já aprovados, para facilitar o acompanhamento dos trabalhos e encaminhar subsídios às entidades membros.



Crianças se organizam nas ruas

Atender às necessidades básicas das crianças que vivem nas ruas e criar mecanismos para garantir suas reivindicações é um dos objetivos do Movimento. Para alcançá-lo, estamos ampliando o trabalho de organização dos meninos junto com outras entidades. Nossa proposta é intensificar a abordagem de rua sem uma perspectiva assistencialista, estimulando as crianças e adolescentes a se organizarem na defesa de seus direitos.

Nos últimos anos, procuramos colaborar na elaboração e execução das políticas sociais relacionadas com as crianças. Aprovado o Estatuto, estamos agora empenhados na formação dos conselhos municipais e estaduais de defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Queremos também intensificar nosso trabalho nas ruas, fazer cada vez mais contatos com programas e instituições, realizar encontros de meninos/as a nível local, estadual e nacional, ampliar nosso raio de ação.

Para organizar cada vez mais crianças e entender o trabalho do Movimento estamos empe-

nhados na organização de cursos dirigidos aos próprios meninos/as e aos educadores. Por isso, a coordenação do Centro de Formação pede aos educadores de rua que escrevam suas experiências e encaminhem os dados aos pólos regionais. Precisamos ter mais informações sobre o trabalho muitas vezes isolado dos educadores para repassá-las adiante.

Outro objetivo do Movimento é estudar e fazer um acompanhamento do impacto da organização dos meninos/as na sociedade, aperfeiçoar as formas de organização e sistematização da prática. Novas experiências são muito bem vindas. Precisamos conhecê-las para poder aplicá-las. Um bom exemplo dessas experiências foi o Dia Internacional da Mulher, quando aconteceram encontros de meninas na maioria das comissões locais. Um momento importante da organização das meninas onde se discutiu o "ser mulher" das meninas de rua e a sua participação no movimento. Os encontros municipais de meninos estão aprofundando a forma que eles querem dar a sua organização.